Revista Brasileira de Educação em Geografia
www.revistaedugeo.com.br
ISSN 2236-3904

A POLÍTICA EDUCACIONAL DIRIGIDA À EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL: estudo de caso na Mesorregião Oeste do Paraná

Anderson Bem
anderson_bem@yahoo.com.br

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Endereço: Avenida Colombo, 5790, Jardim Universitário. CEP 87020-900. Maringá/PR

Maria das Graças de Lima
mglima@uem.br;
mariagr.lima@uol.com.br

Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Endereço: Avenida Colombo, 5790, Jardim Universitário. CEP 87020-900. Maringá/PR

RESUMO

A crise da escola rural é um fato concreto, manifestado em praticamente todas as regiões brasileiras em virtude do processo continuo de fechamento dos estabelecimentos escolares localizados no espaço rural. Vários autores como Mennucci (2006), Werebe (1970), Maia (1982), destacaram o descaso das políticas educacionais em relação às zonas rurais. Todavia, um dos objetivos da presente pesquisa é demonstrar que historicamente foram se constituindo duas políticas para a educação rural: uma destinada à grande propriedade e outra para a pequena propriedade agrícola. Para aprofundarmos a análise teórica e corroborar com a hipótese formulada, realizamos uma investigação empírica tendo como recorte espacial a mesorregião Oeste do Paraná.

PALAVRAS-CHAVE

Política educacional, Educação rural, Grande propriedade, Pequena propriedade.

THE EDUCATIONAL POLICY GO TO RURAL EDUCATION IN BRAZIL: case Study in West of Paraná mesoregion

ABSTRACT

The rural school crisis is a concrete fact, manifested in almost all Brazilian regions because of the continuous process of closing of schools located in rural areas. Several authors as Mennucci (2006), Werebe (1970), Maia (1982), highlighted the neglect of educational policies in relation to rural areas. However, one of the objectives of this research is to demonstrate that historically were formed two policies for rural education: one for the large property and one for the small farm. To deepen the theoretical analysis and to corroborate the proposed hypothesis, we conducted an empirical investigation having how spatial area the mesoregion of the Western Paraná.

KEYWORDS

Educational policy, Rural education, Large property, Small farm.

Introdução

Historicamente no Brasil, as políticas públicas voltadas para o meio rural foram desiguais. Embora haja na literatura acadêmica visão generalizante sobre o tema[1], o meio rural nunca esteve descoberto do ponto de vista do investimento público. As elites agrárias fizeram e continuam a fazer parte ativamente da política econômica do país.

Com a instauração da República no Brasil em 1889, agora nos moldes do Estado Moderno com a inserção do trabalho assalariado, associado aos ganhos financeiros advindos da expansão da cultura do café no século XIX, as preocupações com o desenvolvimento do país se tornaram mais calorosas. Neste contexto, já estava clara a divisão da sociedade em dois segmentos:

> A nova fase [Período Republicano 1889-1930] não vai modificar propriamente as estruturas de poder: de um lado, mantém-se a classe dominante, detentora das terras e dos meios de produção, e, de outro, a maioria da população, excluída dos ganhos, da melhoria do nível de vida e dos progressos do desenvolvimento econômico. E assim "dois Brasis" já se distinguem bem: o desenvolvimento social e econômico beneficia apenas as camadas mais favorecidas, enquanto a maioria da população sobrevive em condições precárias. (WEREBE, 1994, p. 38)

[1] É comum encontrarmos na literatura acadêmica uma visão generalizada sobre o meio rural como algo marginalizado e secundário. Citemos como esse exemplo essa passagem: "A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores..." (LEITE, 2002, p. 14).

Essa divisão social influenciará a elaboração das políticas públicas dirigidas ao ensino rural no Brasil durante o século XX.

Na presente reflexão, partimos da premissa de que no Brasil, historicamente, desde o período imperial até os dias de hoje, ainda perdura duas políticas sociais para o espaço rural: uma voltada para atender os reclames da grande propriedade e, outra, dirigida à pequena propriedade.

Feita uma revisão na literatura que trata do assunto, procuramos evidenciar essas duas políticas educacionais na Mesorregião Oeste do Paraná.

A Mesorregião Oeste do Paraná é a área de ocupação (colonização de terras) mais recente do Paraná. As colonizadoras privadas começaram a comercializar lotes destinados principalmente aos pequenos proprietários no final da década de 1940. Assim, os primeiros municípios foram se emancipando na década de 1950.

Como procedimento metodológico da pesquisa, coletamos dados referentes às escolas rurais junto às secretarias de educação dos municípios emancipados antes de 1970. Para destacarmos a articulação entre agronegócio e política educacional, selecionamos apenas cursos técnicos e superiores que possuem relação direta com a indústria de alimentos, a pecuária e agricultura. Também utilizamos informações estatísticas de órgãos oficiais como o IBGE, o INEP e o Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior.

A educação rural para a grande propriedade

A preocupação com a grande propriedade rural data desde a invasão portuguesa no Brasil, momento em que se estabelece a empresa colonial com base no trabalho escravo e na exploração dos recursos naturais, voltada para a exportação de matérias primas para o mercado internacional.

De acordo com Cimino (2013), desde a vinda da família real para o país, assistiu-se a criação de escolas e institutos agrícolas voltadas à transmissão de conhecimentos e técnicas de agricultura. A introdução de disciplinas de agricultura nos Liceus e a criação de cadeiras de Botânica e Agricultura no Ensino Normal aconteceram de forma localizada nas províncias brasileiras, a saber: Bahia (1812, 1845, 1862, 1872, 1876, 1877), Paraíba (1839) Belém (1839) Maranhão (1844, 1863, 1873, 1884), Pernambuco (1858, 1859, 1875, 1878), Paraná (1857, 1876, 1883), Rio de Janeiro (1850,

1860, 1868, 1872, 1884, 1886), Minas Gerais (1840, 1875, 1880, 1881, 1884) dentre outros. (CIMINO, 2013)

As escolas e os institutos agrícolas foram criados no período imperial como forma de disseminar práticas agrícolas modernas desenvolvidas em outros países da Europa. Até então, predominava-se em solo brasileiro uma agricultura da prática e do costume.

> A partir da década de 50 [1850], pretendeu-se sanar a lacuna com a criação de instituições em várias províncias, as quais, assentadas na iniciativa particular e oficial, sob os moldes do Asilo Agrícola, ou Fazenda Normal, ou Instituto de Agricultura, destinavam-se a promover a melhoria dos processos da lavoura. Procurava divulgar os conhecimentos das modernas máquinas utilizadas na agricultura, em outros países, sementes e mudas importadas, processos racionais de cultivo, noções de zootecnia... (CANABRAVA, 1997, p. 131)

Em 1860 é criado o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para atender os interesses da economia agrária. Teve como resultados a criação do primeiro curso técnico agrícola do Brasil na Bahia, em 1875, e a Escola de agronomia de Pelotas, no Rio Grande do Sul, em 1883.

A criação das escolas agrícolas e dos cursos de agronomia aconteceu com intensidade na segunda metade do século XX, antecedendo a abolição da escravidão no Brasil em 1888. Na conjuntura da época, término do regime escravocrata, a sobrevivência da grande propriedade rural estava assentada em duas estratégias: a política imigratória e a qualificação do trabalhador nacional. Esta segunda demandava esforços na formação profissional pela via da educação.

> Proprietários rurais demandavam a intervenção do governo em propostas para educar e qualificar a mão-de-obra, assim como a migração subvencionada. Para os negros e pobres, recém libertos, formulavam-se propostas de mobilização da mão-de-obra. A dos proprietários rurais incidia sobre a infância e concebia a educação enquanto capaz de qualificar parcelas dos trabalhadores. (OLIVEIRA, 2004, p. 131)

Em 1910 foi publicado o decreto 8.319, estabelecendo a regulamentação e estruturação do ensino agrícola no país, organizado em quatro categorias: Ensino Agrícola Superior, Ensino Agrícola Médio, Aprendizados Agrícolas e Ensino Primário Agrícola.

Essa política dirigida ao ensino rural tinha duas finalidades:

- Criação de novos cursos de agronomia e medicina veterinária;
- Formação do trabalhador agrícola.

Para Oliveira (2004), no contexto da República Velha, a educação era concebida como forma de profissionalizar trabalhador agrícola brasileiro, este visto naquela época, pelas elites como um sujeito apático, preguiçoso e apegado a praticas atrasadas.

Nesse contexto, a formação do trabalhador agrícola mereceu tratamento especial. Foram criados Aprendizados e Patronatos Agrícolas entre 1918-1930, nas regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste do país. Os primeiros eram destinados aos filhos de agricultores entre 10 a 16 anos. Os segundos foram criados como alternativa em relação às instituições prisionais urbanas, abrigando jovens de 14 até 18 anos. Em ambas as instituições, transmitia-se aos jovens técnicas agrícolas modernas. Além da formação profissional se assegurava o controle social pelas elites agrárias (MENDONÇA, 2007).

Embora tenha sido impulsionada por investimentos públicos, a educação superior nas áreas agrária pouco expandiu. Werebe (1970) destaca que desde o período imperial boa parte das escolas agrícolas fechou por falta de estudantes. As elites desprezavam o trabalho na agricultura, tido como algo para os escravos e primitivos. Muitos cursos superiores foram criados no período e tiveram pouca duração[2] devido à falta de demanda de matrículas.

A conjuntura política pós 1945 seria marcada pelos acordos bilaterais entre Brasil e os EUA. O acordo firmado entre o Ministério da Agricultura Brasileiro e a Fundação Inter-Americana de Educação (AIA), resultou na criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR). As ações entre os países tinham por finalidade:

> a) desenvolver relações mais íntimas com docentes do ensino agrícola dos Estados Unidos; b) facilitar o treinamento de brasileiros e americanos especializados em ensino profissional agrícola; c) possibilitar que fossem programadas atividades, no setor de educação rural, do interesse das partes contratantes. (MENDONÇA, 2007, p. 70)

Essa política bilateral Brasil-EUA foi delineada no contexto da Guerra Fria. As ideias modernizadoras da ideologia do progresso disseminavam na zona rural por meio da introdução de novas práticas agrícolas, antecipando o processo de mecanização da agricultura brasileira, que seria intensificado nas décadas de 1960 e 1970.

Em 1946 é criada a lei Orgânica do Ensino Agrícola, objetivando a reorganização dos antigos estabelecimentos de formação agrícola, que agora passariam a ser organizados em cinco modalidades: Escolas de Iniciação Agrícola – fase inicial do

[2] De acordo com dados de Molina (2012), entre 1877 até 1936, foram extintos 18 cursos superiores de agronomia. Para o referido autor, esse fato retratava o caráter conservador da agricultura brasileira da época.

curso primário regular; Escolas Agrícolas – fase final do ensino primário regular; Escolas Agrotécnicas – responsáveis pela formação de técnicos e professores; Cursos de Aperfeiçoamento – especialização, extensão para formar quadros do Ministério da Agricultura; Centros de Treinamento – preparação de capatazes.

O Ensino Agrícola cumpria o papel essencial de disseminador das práticas agrícolas modernas, e principalmente, um espaço para formação do trabalhador rural para a grande propriedade.

> Para além de seu cunho "profissionalizante" e tecnicista, as novas instituições de Ensino Agrícola criadas sob a vigência da CBAR priorizaram a formação do trabalhador rural, afirmando-se enquanto escolas para o trabalho, embora algumas delas se dedicassem também ao aperfeiçoamento dos quadros administrativos do Ministério. (ibidem, p. 73)

No período militar (1964-1985), aprofundou-se a preocupação com a formação do trabalhador rural. Assistiu a expansão dos cursos de técnico agropecuário[3], e também, a criação de uma infraestrutura pública voltada para o Ensino Superior em Ciências Agrárias, conforme se observa na tabela a seguir.

Tabela 1: Evolução do Ensino Superior em Ciências Agrárias no Brasil até 1989

Época de criação dos cursos	Público	Privado	% Público em relação ao total	% Privado em relação ao total
Até 1960	19	0	100	0
Década de 1960	17	4	80,95	19,05
Década de 1970	44	10	81,48	18,52
Década de 1980	20	13	60,60	39,40
Total	100	27	78,74	21,26

Fonte: Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (1995).

A área de Ciências Agrárias envolve os cursos de Agronomia, Zootecnia, Engenharia Agrícola, Medicina Veterinária, Engenharia Florestal e Engenharia da Pesca. Descartou-se da tabulação o curso de Economia Doméstica.

Como se nota na tabela 1, durante a década de 1970 o poder público criou 44 novos cursos superiores em Ciências Agrárias, contra 10 na iniciativa privada. Como dito anteriormente, a existência de poucos cursos superiores na agricultura, algo que perdurou até 1960, se dava pela extinção ocorrida pela falta de matrículas e pelo conservadorismo de parcela das elites agrárias.

[3] Entre 1960 a 1973, as matrículas do Ensino Agrícola de nível Secundário, cresceram 825%. (BRASIL, 1977)

Se somarmos as décadas de 1960 e 70, chegamos ao número de 61 cursos de nível superior. Na década de 1980, nota-se uma retração do investimento público e um crescimento da iniciativa privada, entretanto, deve-se ressaltar que a década de 1980 ficou conhecida como a década perdida, mesmo assim, implantou-se 20 novos cursos de nível superior na área de Ciências Agrárias.

A tabela 2 traz informações sobre a evolução recente das matrículas no Ensino Superior nas áreas de Agricultura e Veterinária e, Processamento de Alimentos. Este último engloba as áreas de carnes, laticínios e vinhos, é ofertado na modalidade de Tecnólogo.

Tabela 2: Evolução das Matrículas no Ensino Superior nas áreas de Agricultura e Veterinária e Processamento de Alimentos

Áreas de concentração	**Censo de 2005**			**Censo de 2011**			**Crescimento das matrículas: 2005/2011 em %**	
	Total	**Público**	**Privado**	**Total**	**Público**	**Privado**	**Público**	**Privado**
Processamento de Alimentos	10478	6998	3480	20422	16108	4314	130,18	23,96
Agricultura e Veterinária	97280	57133	40147	153447	97562	55885	70,76	39,20

Fonte: INEP- Censos do Ensino Superior de 2005 e 2011.

A oferta de matrículas no Ensino Público na área de Ciências Agrárias se mostra bem superior ao ofertado pela iniciativa privada[4]. Na área de Agricultura e Veterinária as matrículas saltaram de 97.280 em 2005, para 153.447 em 2011, registrando um crescimento de 57,73% em apenas 6 anos.

Esse crescimento do número de vagas ofertadas ao Ensino Superior no setor de Ciências Agrárias possibilitou a expansão de uma mão-de-obra qualificada, que visa atender a nova conjuntura da agricultura, principalmente àquela desenvolvida pela grande propriedade, que fazendo uso de tecnologias modernas, utiliza reduzida quantidade de mão-de-obra.

Os dados levantados até esse momento procuram demonstrar que historicamente foi se construído um Ensino Rural voltado para atender a grande propriedade, que do ponto do investimento público, nunca esteve desamparada.

[4] Para termos de comparação, do total das matrículas em cursos superiores presenciais ofertadas no Brasil em 2011, 72,23% ficavam a cargo da iniciativa privada. (INEP, 2012)

A Educação rural para a pequena propriedade

A educação rural destinada à pequena agricultura se processou de forma marginal ao longo da história da formação da sociedade brasileira.

A pequena propriedade agrícola nasceu no Brasil nas bordas da grande propriedade (empresa colonial portuguesa), fornecendo gêneros alimentícios para a reprodução da sociedade escravocrata. E teve seu florescimento no Centro-Sul do país com a política imigratória no final do século XIX. Constituiu-se como um segmento social destinado a abastecer com gêneros alimentícios, o mercado interno do país.

A educação rural destinada à pequena propriedade rural evolui no Brasil de forma lenta em toda a República Velha (1889-1930). O funcionamento das escolas rurais no país na década de 1920 era precário. Maia (1982) destaca que essa situação era uma consequência do autoritarismo político, fortalecido pela política dos governadores, associada ao desinteresse das elites agrárias em difundir o ensino no meio rural.

As décadas de 1920 e 30 foram marcadas por um debate em torno da educação nas zonas rurais. Sud Mennucci, principal representante do Ruralismo Pedagógico, travou intenso debate com os escolanovistas[5] a favor da expansão das escolas e da criação de uma infraestrutura pública no campo.

> Toda a nossa organização de nossos serviços públicos ou de utilidade coletiva é feita e processada à revelia da zona rural e como se ela não existisse. E os nossos reformadores estão tão fortemente imbuídos desse conceito fundamental da "polis" que nem sequer chegam a percebê-lo. (MENNUCCI, 2006, p. 37)

Sud Mennucci criticou a concepção urbana da educação brasileira, que resultava na estrangeirização de outros modelos europeus. Propunha a criação de escolas rurais e formação de professores qualificados como forma de romper o êxodo rural no contexto da incipiente industrialização do país, incapaz de absorver o contingente populacional residente nas cidades. Vale ressaltar que na época a maioria da população estava nas zonas rurais.

[5] Adeptos do movimento da Escola Nova no Brasil. Eles viam a industrialização e a urbanização como um processo civilizatório que provocaria mudanças na estrutura educacional do país.

Embora o pensamento do Ruralismo Pedagógico tenha se difundido no ambiente político, a sua concepção[6] não se traduziu na elaboração de uma política educacional.

A intensificação do processo industrial brasileiro a partir de 1930 e, mais tarde, a difusão do pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) criada 1948, que via na industrialização o único caminho para superar o subdesenvolvimento, vão relegar a um segundo plano as políticas públicas voltadas a atender a educação rural, para a pequena propriedade agrícola.

Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde, e em 1934, a educação passaria a ser um direito de todos. Nos anos de 1930 e 40 assiste-se a expansão da rede escolar. Em 1947, já com Eurico Gaspar Dutra na presidência, o governo lançaria um programa de Campanha de alfabetização no meio rural, passando a investir na ampliação da educação primária. No entanto, verificava-se na década de 1940, vários problemas no ensino rural, representados: "... nos altos níveis de evasão e repetência, nível de qualificação dos professores _ quase todos leigos _, na precariedade das instalações escolares, na falta de material e equipamento". (MAIA, 1982, p.28)

Esses problemas vão se perpetuar no meio rural, onde muitas vezes a escola era improvisada na fazenda, onde se dava o estudo das primeiras letras dos seus filhos ou, pela associação comunitária de grupos de sitiantes que se posicionava a favor da construção de escola e ajudavam na construção dela.

De acordo com Werebe (1970, p. 111), o quadro social e físico da Educação Rural até os anos de 1960, era extremamente precário:

> A escola rural luta com dificuldades às vezes insuperáveis. As instalações, via de regra, são deficientes; a clientela escolar apresenta-se, geralmente, em estado deplorável: crianças maltrapilhas, com retardo social e físico, doentias, mal alimentadas, sem higiene, indolente por culpa das verminoses e, naturalmente, sem nenhum estímulo para estudar.

A respeito da situação da carência alimentar nas zonas rurais brasileiras, Antônio Cândido, em seu livro "Os parceiros do rio Bonito" (1987), desconstrói o mito da fartura alimentar das populações rurais brasileiras, investigando as comunidades

[6] Um dos pilares do Ruralismo pedagógico era a formação diferenciada do professor de acordo com o contexto geográfico: "Entendo que é indispensável uma profunda modificação no aparelhamento escolar primário, normal e profissional, de maneira a estabelecer três quadros profissionais de professores inteiramente distintos, exercendo funções perfeitamente diferentes e apesar de tudo complementares. Temos de separar o ensino das cidades, do ensino dos meios rurais e do ensino da zona litorânea". (MENNUCCI, 2006, p. 122)

caipiras de São Paulo, entre 1947-54, demonstrou o quão pobre era a dieta alimentar dos sitiantes paulistas, que labutam no seu dia-a-dia para não passarem fome.

A precariedade da instalação escolar era e continua sendo um dos problemas da escola rural. Porém, o maior deles estava na falta de escolas nas zonas rurais. Esse cenário se perpetuava nas décadas de 1970 e 80, culminando em altas taxas de analfabetismo no espaço rural, como se observa na tabela abaixo.

Tabela 3: Taxas de analfabetismo e evolução populacional no Brasil (1960-1980)

Censo	População Rural	% de analfabetos na Zona Rural	População Urbana	% de analfabetos na Zona Urbana
1960	38.987.527	66,08	32.004.817	33,14
1970	41.603.839	49,03	52.904.744	34,10
1980	38.566.297	52,60	82.013.375	22,30

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1960, 1970, 1980.

Somente em 1970, é que a população urbana tornou-se maior que a rural no Brasil. Os altos índices de analfabetismo na zona rural em 1960, demonstra claramente a falta de investimento público para proporcionar a oferta de escolaridade à população, em um país que era predominantemente rural.

A década de 1970 e inícios dos anos de 1980 foram marcados por um constante êxodo rural, personificados na crescente urbanização do país, com o fenômeno de metropolização dos centros urbanos, marcado pelo inchaço populacional nas periferias. O decréscimo populacional da população rural a partir do final da década de 1970 culminaria na política educacional de erradicação das escolas rurais.

A falta de políticas sociais voltadas para atender o segmento da pequena propriedade rural, repercute na qualidade da educação nas zonas rurais. A tabela 4 traz informações sobre a infraestrutura do ano de 2011, confrontando escolas rurais e urbanas.

Tabela 4: Infraestrutura nas Escolas do país (2011)

Local	% Energia Elétrica	% Abastecimento de água	% Biblioteca	% Laboratórios de Informática	% Laboratórios de Ciências
Escolas Urbanas	100	100	48	55	16
Escolas Rurais	85	90	11	19	1

Fonte: INEP. Censo Escolar 2011.

Do total das escolas rurais, somente: 11% possuem bibliotecas, 19% possuem laboratórios de informática e apenas 1% laboratório de ciências. O fator mais agravante, é que 10% não possuem abastecimento de água e 15% não possuem energia elétrica. A maior parte dessas escolas está localizada nas regiões Norte e Nordeste do país, muitas são escolas unidocentes e algumas funcionam na casa da professora. A maioria dos estabelecimentos escolares rurais brasileiros são públicos. Os dados demonstram claramente a desigualdade de infraestrutura conforme a localização geográfica da escola, deixando nítida, a precariedade das escolas nas zonas rurais quando comparadas com as urbanas.

Além da desigualdade de investimentos públicos, as escolas rurais vêm sendo desativadas no Brasil. De acordo com dados recentes do censo escolar, tabulados pelo jornal Folha de São Paulo, entre 2003 a 2013, no país, foram fechadas 32.500 escolas, registrando um média de 8 escolas rurais fechadas por dia e, um decréscimo de 31,4% em 10 anos.(CANCIAN, 2014)

Entre 2000-2010, a população rural diminui 6,3%. A conclusão que se chega é de que as escolas rurais fecham antes da população sair do campo. É como se as políticas públicas destinadas à educação rural estivessem antecipando o êxodo rural.

Partindo de uma concepção econômica, os gestores municipais e estaduais têm optado pelo investimento em transporte escolar como forma de reduzir gastos com a educação básica. Com isso, os alunos das zonas rurais passaram a ser transportados para as escolas urbanas.

A Manifestação do Fenômeno em Escala Regional: Estudo de caso na Mesorregião Oeste do Paraná

A mesorregião Oeste do Paraná é formada por 50 municípios, possui uma população de 1.219.558 habitantes de acordo com dados do IBGE (2010) e uma extensão territorial de 22.851 Km². Com exceção de Foz do Iguaçu, os municípios da mesorregião têm sua economia vinculada à agropecuária. Toledo e Cascavel estão entre os maiores PIB agropecuários do Paraná.

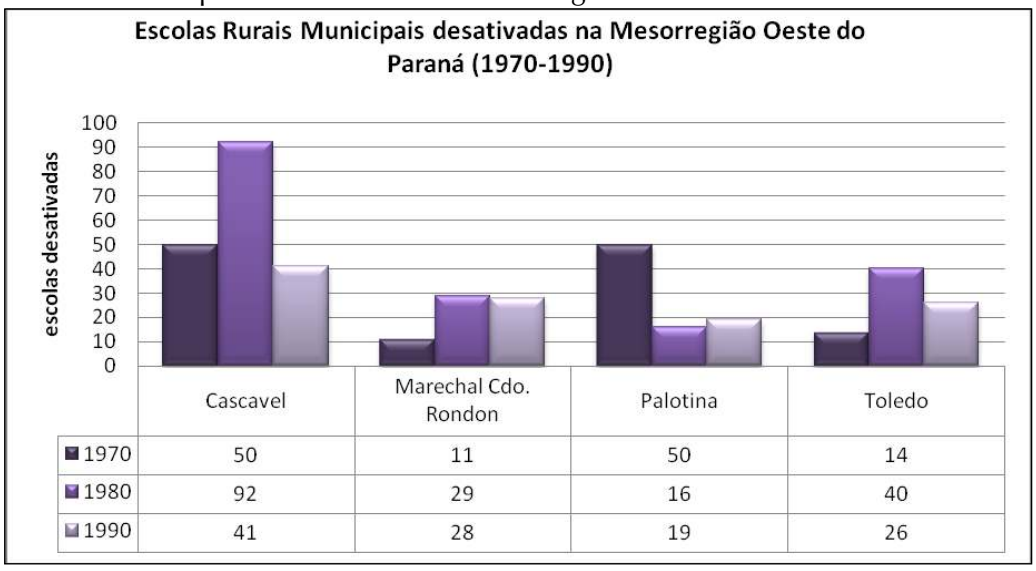
Em geral, as escolas rurais foram surgindo nos anos de 1950, momento de intensa comercialização de lotes pelas colonizadoras de terras por iniciativa de colonos sulistas, visto que a escola já fazia parte da sua cultura no local de origem, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, já nas décadas de 1930 e 1940. Estes estabelecimentos escolares foram construídos por meio de mutirão de pequenos agricultores. A expansão da escola

se processou de forma intensa em toda a região Oeste do Paraná na medida em que aumentava a população rural. De acordo com dados levantados nas secretarias municipais de educação da mesorregião, as décadas de 1960 e 70 foram marcadas pela construção de escolas isoladas nas zonas rurais. Só no município de Cascavel foram construídas 186 escolas nesse período.

A transformação da agricultura intensificada na década de 1970, na Mesorregião, mediante o processo de mecanização do solo e de modernização agrícola apoiada no sistema de monocultivos para a exportação, produziu uma crise na agricultura tradicional praticada pelos pequenos proprietários de terras, provocando por consequência a redução da população rural que diminui em mais de 160 mil pessoas em apenas 10 anos, intervalo entre 1970-80, e 170 mil no intervalo entre 1980-1991.

O gráfico abaixo traz informações referentes ao processo de desativação de escolas rurais municipais de quatro (4) localidades: Cascavel, Marechal Cdo. Rondon, Palotina e Toledo.

Figura 1: Gráfico de Escolas Rurais Municipais desativadas: municípios selecionados da mesorregião Oeste do Paraná



	Cascavel	Marechal Cdo. Rondon	Palotina	Toledo
1970	50	11	50	14
1980	92	29	16	40
1990	41	28	19	26

Fonte: Levantamento realizado pelos autores junto as Secretarias Municipais de Educação.

A maior parte das escolas rurais da Mesorregião foi desativada na década de 1980, esta caracterizada pelo aumento do êxodo rural a nível regional. O município de Palotina chama atenção por registrar alto índice de fechamento de escolas rurais na década de 1970. A população rural do município registrada em 1970 era de 37.753

habitantes diminuiu para 15.875 em 1980. A mecanização agrícola associada à política agrícola adotada pelo país foi à principal causa do esvaziamento demográfico do espaço rural. No final da década de 1970, a política educacional municipal optou pelo transporte dos alunos das zonas rurais e a construção de novas escolas nas cidades[7]. Vale ressaltar que Palotina foi o primeiro município da mesorregião a preconizar o transporte escolar e a erradicação das escolas rurais. Já os municípios de Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon apresentaram maior frequência de desativação de escolas rurais na década de 1980. Vale ressaltar ainda, que nas décadas de 1960-70 a criação de escolas rurais foi intensa, a exemplo, o município de Cascavel registrou 186 construções (SANTANA, 2006)

Na metade dos municípios da Mesorregião, a população rural é superior a 30%. Esse dado é significativo para o planejamento de políticas públicas voltadas para as zonas rurais.

Um das questões que chama atenção é que a escola saiu antes que as pessoas. Zanin (2010) ao analisar a desativação de escolas no espaço rural de Guaraniaçu, observou-se essa questão:

> O fechamento das escolas, foi ao mesmo tempo, causa e consequência do esvaziamento do campo. Pois ao mesmo tempo em que as escolas eram fechadas por falta de alunos no campo, devido ao esvaziamento das comunidades/localidades, as poucas famílias que sobreviviam no campo, mudaram para a cidade, para que seus filhos tivessem acesso a uma escola e pudesse estudar. (ZANIN, 2010, p.92)

As políticas educacionais anteciparam a saída da escola das zonas rurais, o que por sua vez, aumentou o êxodo rural. Os municípios que mantiveram as escolas no espaço rural foram aqueles que adotaram políticas educacionais voltadas para atender os anseios das comunidades rurais, geralmente compostas por famílias de pequenos proprietários de terras. De acordo com dados de 2013, nos 50 municípios da mesorregião Oeste do Paraná restam apenas 66 escolas rurais municipais, como se observa na tabela 5.

[7] "No final da década de 1970 iniciou o processo de transporte escolar no município". REGINATO, Pedro. História de Palotina (1954 – 1979). Santa Maria – RS; Palloti, 1979.

Tabela 5: População e número de Escolas Rurais Municipais na Mesorregião Oeste do Paraná

nº	Município	População Rural habt.(2010)	População Rural % (2010)	Escola Rural (2013)
1	Anahy	766	26,0	0
2	Assis Chateaubriand	4.012	12,1	2
3	Boa Vista da Aparecida	3.011	38,1	3
4	Braganey	2.318	40,4	3
5	Cafelândia	2.314	15,8	1
6	Campo Bonito	1.827	41,5	4
7	Capitão Leônidas Marques	3.480	23,2	1
8	Cascavel	16.156	5,6	9
9	Catanduvas	4.860	47,6	2
10	Céu Azul	2.645	24,0	1
11	Corbélia	2.336	14,3	0
12	Diamante do Oeste	2.446	49,0	0
13	Diamante do Sul	2.115	60,0	1
14	Entre Rios do Oeste	1.284	32,7	0
15	Formosa do oeste	2.571	34,1	1
16	Foz do Iguaçu	2.126	0,8	3
17	Guaíra	2.498	8,1	2
18	Guaraniaçu	6.778	46,5	4
19	Ibema	1.125	18,5	0
20	Iguatu	796	35,6	0
21	Itaipulândia	4.285	47,5	2
22	Iracema do Oeste	576	22,3	0
23	Jesuítas	2.931	32,6	1
24	Lindoeste	2.977	52,9	2
25	Marechal Cândido Rondon	7.672	16,4	1
26	Maripá	2.442	42,6	0
27	Matelândia	4.465	27,8	1
28	Medianeira	4.427	10,6	0
29	Mercedes	2.607	51,7	0
30	Missal	5.054	48,2	4
31	Nova Aurora	2.826	23,8	0
32	Nova Santa Rosa	2.311	30,3	0
33	Ouro Verde do Oeste	1.653	29,0	0
34	Palotina	4.037	14,1	0

35	Pato Bragado	1.829	38,0	0
36	Quatro Pontes	1.366	36,0	0
37	Ramilândia	2.091	50,6	0
38	Santa Helena	10.827	46,5	1
39	Santa Lúcia	1.389	35,0	1
40	Santa Tereza do Oeste	2.297	22,2	2
41	Santa Terezinha de Itaipu	2.004	9,6	0
42	São José das Palmeiras	1.419	37,0	0
43	São Miguel do Iguaçu	9.284	36,0	6
44	São Pedro do Iguaçu	2.436	37,5	1
45	Serranópolis do Iguaçu	2,246	48,8	0
46	Terra Roxa	3.958	23,6	3
47	Três Barras do Paraná	5.729	48,4	3
48	Toledo	11.054	9,3	0
49	Tupãssi	1.711	21,3	0
50	Vera Cruz do Oeste	2.110	23,5	1
	Total	**175.467**	**14,32**	**66**

Fonte: INEP - Data Escola Brasil 2013; IBGE - Censo Demográfico de 2010.

Até mesmo os municípios com alta taxa de população rural, optaram em fechar as escolas rurais como forma de racionalizar os custos com a manutenção do sistema educacional.

No mesmo período em que se inicia a desativação das escolas nas zonas rurais, até então mantidas pelas prefeituras, passou a ser criada uma infraestrutura pública de Ensino Superior e Técnico, mantidas por instituições estaduais e federais, voltada a atender as demandas do modelo de desenvolvimento regional, assentado na exportação de alimentos.

Para demonstrar a expansão dessa modalidade de ensino realizamos um levantamento de cursos criados com relação direta com a agricultura, pecuária e a indústria alimentícia. Também confeccionamos um mapa que localiza a distribuição da indústria de carnes na Mesorregião. Antes de apresentar estes dados, nos atemos ao desenvolvimento da agroindústria a nível regional.

Como forma de viabilizar a nova articulação da agricultura com o sistema capitalista, surgiu na região Oeste do Paraná nas décadas de 1960 e 70 as cooperativas agrícolas, tendo a construção de seus complexos agroindústrias financiados a juros

subsidiados pelo Estado[8]. Assim, surgiu a C. VALE (C. Vale Cooperativa Agroindustrial) em 1963 no município de Palotina, a COPAGRIL (Cooperativa Agroindustrial Copagril) em 1970, no município de Marechal Cândido Rondon; a COOPAVEL (Coopavel Cooperativa Agroindustrial) em 1970, em Cascavel, a LAR (Cooperativa Agroindustrial Lar) em Medianeira, no ano de 1963; no referido município a FRIMESA (Frimesa Cooperativa Central) em 1977, a COPACOL (Cooperativa Agroindustrial Consolata) em 1963 no município de Cafelândia. E também, a SADIA em 1964, passou a atuar em Toledo por meio da aquisição do Frigorífico Pioneiro S/A.

Essas empresas são as principais representantes do agronegócio[9] regional, este entendido como uma cadeia de produção englobando os diversos segmentos econômicos de inserção da agricultura no capital nacional e internacional.

As cooperativas agroindustriais da mesorregião possuem indústrias de carnes (principalmente de suínos e de aves), de óleos, rações, bebidas lácteas, supermercados, lojas agropecuárias, postos de gasolina, laboratórios de pesquisa, estações meteorológicas, entre outros. Elas construíram uma indústria alimentícia com base na produção agrícola regional, mediante a integração com pequenos e médios agricultores, abundância de recursos hídricos, investimento estatal associada à crescente demanda interna e externa de alimentos.

A riqueza gerada na região Oeste tem relação com as cooperativas agroindústrias, que estão entre as maiores empresas exportadoras do Paraná, competindo com outros segmentos da economia do Estado. A tabela 6 traz alguns dados referentes às exportações no período de janeiro a março de 2014.

[8] Além das cooperativas do RS "... grandes cooperativas do Paraná e de São Paulo, conta nesta década [década de 60] com a poderosa aliança dos bancos estatais federais e estaduais (Banco do Brasil, BNCC e BDRS), os quais financiam, a juros reais negativos e prazos favoráveis de amortizações, o capital de longo prazo que propicia a vigorosa expansão do conglomerado até praticamente final dos anos 70" (DELGADO, 1985, p. 166).

[9] Por agronegócio deve-se entender a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com base neles. (MENDES e PADILHA JÚNIOR, 2007, p. 48)

Tabela 6: Valor das exportações de empresas selecionadas do setor do agronegócio da Mesorregião Oeste do Paraná

Posição	Empresa	Valor exportado em US$ (Jan/Mar) 2014	Participação % no total das exportações do Paraná
1	BRF S.A	224.466.106	6,06
10	C.VALE	62.203.464	1,68
13	COPACOL	49.590.325	1,34
19	LAR	38.320.327	1,03
31	COOPAVEL	22.982.414	0,62
39	COPAGRIL	19.200.732	0,52

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior. Organizado pelos autores**.**

A BRF S.A. possui outros parques industriais espalhados pelo território paranaense. Já as demais empresas selecionadas na tabela acima concentram a maior parte de suas atividades econômicas na região Oeste do Paraná. O processamento de carnes (aves e suínos) e a soja in natura respondem pela maior fatia do montante das exportações dessas empresas.

Os dados contidos na tabela 7 e no mapa, figura 2, demonstram a relação entre a indústria de carnes e a criação de uma infraestrutura pública de ensino superior e técnico, voltada para as demandas crescentes do agronegócio regional.

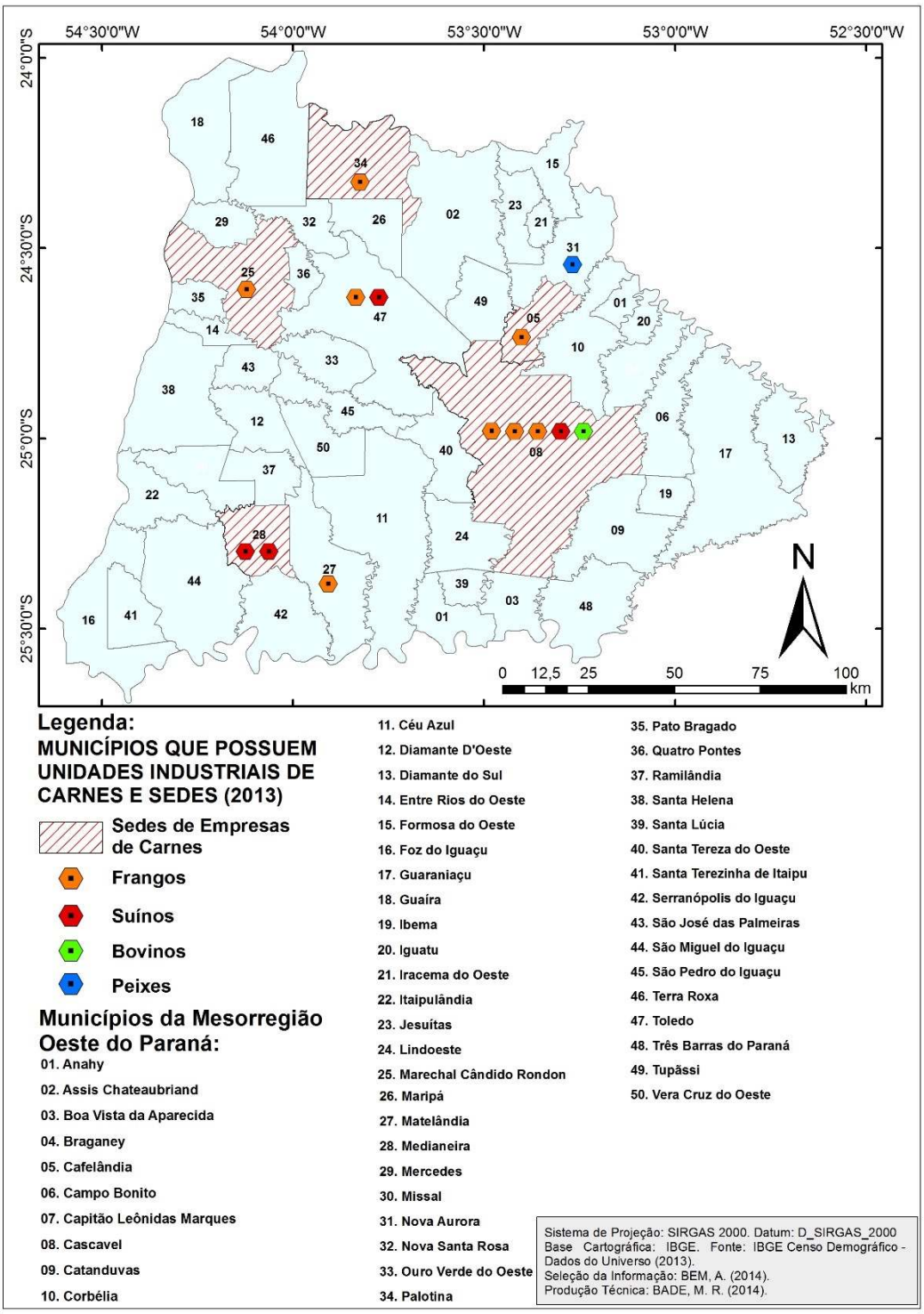
Tabela 7: Criação de cursos técnicos e superiores na Mesorregião Oeste do Paraná

Ano	**Município**	**Curso**	**Instituição**
1953	Foz do Iguaçu	Primário Agrícola	Escola de Trabalhadores Rurais Ernesto Luiz de Oliveira.
1973	Foz do Iguaçu	Técnico em Agropecuária	Colégio Manoel Pereira Pena
1979	Cascavel	Engenharia Agrícola	FECIVEL, atual UNIOESTE
1990	Medianeira	Tecnologia de Alimentos	CEFET, atual Campus da UTPFR
1990	Medianeira	Tecnologia em Eletromecânica	CEFET, atual Campus da UTPFR
1993	Palotina	Medicina Veterinária	Campus da UFPR
1995	Toledo	Engenharia Química	UNIOESTE
1995	Marechal Cdo. Rondon	Agronomia	UNIOESTE
1996	Toledo	Engenharia da Pesca	UNIOESTE
1999	Marechal Cdo. Rondon	Zootecnia	UNIOESTE
1999	Medianeira	Tecnologia de Alimentos: Modalidade Industrialização de Carnes	CEFET, atual Campus da UTPFR

1999	Medianeira	Tecnologia de Alimentos: Modalidade Industrialização de Laticínios	CEFET, atual Campus UTPFR
1999	Medianeira	Tecnologia em Eletromecânica: Modalidade Operação e Manutenção Industrial	CEFET, atual Campus da UTPFR
1999	Medianeira	Tecnologia Ambiental: Modalidade Resíduos Industriais	CEFET, atual Campus da UTPFR
2003	Toledo	Técnico em Agropecuária	Colégio Agrícola de Toledo
2006	Medianeira	Engenharia da Produção Industrial	Campus da UTPFR
2006	Medianeira	Ensino Técnico de Química	Campus da UTPFR
2006	Palotina	Técnico em Agropecuária	Colégio Agrícola de Palotina
2007	Toledo	Tecnologia em Processos Químicos	Campus da UTFPR
2009	Palotina	Agronomia	Campus da UFPR
2009	Palotina	Engenharia da Aquicultura	Campus da UFPR
2009	Palotina	Tecnologia em Biotecnologia	Campus da UFPR
2009	Palotina	Tecnologia em Biocombustíveis	Campus da UFPR
2010	Medianeira	Engenharia de Alimentos	Campus da UTPFR

Fonte: Pesquisa dos autores.

Figura 2: Mapa de localização da Indústria de carnes na Mesorregião Oeste do Paraná (2013)



Em Palotina o contexto de emergência dos cursos evidencia uma relação com a expansão dos cultivos de lavouras temporárias (soja e milho) e da indústria de frangos da C. VALE. Em Toledo os cursos criados na área de química possuem relação com a

indústria de carnes da Sadia, atual BRF Foods, principalmente no que tange ao tratamento de resíduos industriais gerados pelo parque produtivo.

Em Marechal Cândido Rondon a criação dos cursos de zootecnia e de agronomia tem conexão com a grande produção local de milho, suínos, aves e de leite. A COPAGRIL possui uma unidade industrial de abate de frangos e a FRIMESA uma unidade industrial de lácteos.

Em Medianeira a relação entre o desenvolvimento do agronegócio e a criação e expansão de uma infraestrutura pública de Ensino Técnico e Superior é mais nítida. Em 1987 foi criado no município um campus do CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica), por meio da Portaria 067/87 de fevereiro, do Ministério da Educação, sendo implantados em 1990, os primeiros cursos de nível técnico em Alimentos e Eletromecânica. No ano de 1999 foram criados quatro (4) cursos superiores no campus: Tecnologia de Alimentos: Modalidade Industrialização de Carnes;_ Tecnologia de Alimentos: Modalidade Industrialização de Laticínios; Tecnologia em Eletromecânica: Modalidade Operação e Manutenção Industrial; Tecnologia Ambiental: Modalidade Resíduos Industriais.

O que existe em comum entre esses cursos é a relação com a indústria alimentícia, com o contexto local de emergência da FRIMESA (que possui indústria de carne suína em Medianeira e de lácteos em Matelândia) e da LAR (que possui indústria de frangos em Matelândia). A política educacional a nível federal visou à criação de cursos voltados para as necessidades da agroindústria.

A Lei 11.184, de 7 de outubro de 2005 transformou o CEFET-PR em UTFPR (Universidade Federal Tecnológica do Paraná), deu novo status a instituição, possibilitando a ampliação da infraestrutura física, e consequentemente, a implantação de novos cursos superiores e técnicos. Assim, em 2006 foi criado o curso de Engenharia da Produção Industrial e o curso de Ensino Técnico em Nível Médio de Química e no ano de 2010 o curso de Engenharia de Alimentos.

A expansão da infraestrutura pública de Ensino Federal em Medianeira esteve atrelada a um modelo de desenvolvimento regional pautado no segmento econômico da agroindústria. O investimento público foi capaz de criar e expandir uma estrutura física de ensino como meio de prover recursos humanos qualificados para o trabalho na indústria alimentícia local e regional.

Considerações parciais

A política educacional dirigida à Educação Rural no Brasil foi e continua sendo alvo de intensos debates. Sud Mennucci já havia travado debates calorosos com os escolanovistas a respeito da Escola no meio rural. No artigo que apresentamos, procuramos identificar a materialidade dessa política educacional, primeiramente no espaço nacional e em seguida regionalmente.

Os dados demonstrados procuram sinalizar que historicamente se constituiu no Brasil duas políticas sociais destinadas à educação rural: uma para atender os interesses da grande propriedade agrícola, com a criação de escolas técnicas agrícolas e de cursos superiores nas áreas de ciências agrárias; e outra, direcionada a pequena propriedade rural, a escola dos "mínimos" e o transporte escolar.

A educação rural na Mesorregião Oeste do Paraná não está em crise. O que houve foi à manifestação de dois fenômenos distintos: 1) A política educacional para a pequena propriedade visualizada na erradicação das escolas rurais primárias destinadas ao ensino das primeiras letras para os filhos dos pequenos proprietários de terras; 2) A política educacional federal e estadual manifestada na criação de cursos técnicos e de nível superior dirigida para o agronegócio, em especial, à grande indústria alimentícia.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA SUPERIOR**. Guia das Instituições de Ensino Superior de Ciências Agrárias.** Brasília: ABEAS, 1995. 144p.

BRASIL. Ministério da Educação e cultura (MEC). **II Plano Setorial de educação e cultura (1975-1979)**. Brasília: DF, Departamento de Documentação e Divulgação. 1977. 62p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Estatísticas de Comércio Exterior**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/>. Acesso em 21/04/2014.

CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio (org.) **História geral da civilização brasileira.** O Brasil monárquico. Vol. IV. Tomo II. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CANCIAN, Natália. Brasil fecha, em média, oito escolas por dia na zona rural. **Folha de São Paulo.** 03 mar. 2014. Acesso em 28/04/14. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/2014/03/1420332-pais-fecha-oito-escolas-por...

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7e. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987. 288p.

CIMINO, Marli de Souza Saraiva. **Iluminar a terra pela inteligência: Trajetória do Aprendizado agrícola de Barbacena, MG (1910 – 1933).** Tese de doutorado (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Educação). Rio de Janeiro, 2013. 369f.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985**. Campinas: SP, ÍCONE / UNICAMP, 1985. 240p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos e Agropecuários**. Disponível em: www.ibge.gov.br/

INEP – Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Data Brasil**. Disponível em: www.inep.go.br

_____, **Censos da Educação Básica e Superior**. 2005, 2011. Disponível em: www.inep.go.br

LEITE, Sérgio C. **Escola Rural:** urbanização e políticas educacionais. 2e. São Paulo: Cortez, 2002. 119p.

MAIA, Eni Marisa. Educação rural no Brasil: O que mudou em 60 anos? In: **Em aberto**, ano 1, nº 9 set. INEP/MEC, 1982.

MENDES, Judas T. G; PADILHA JÚNIOR, João B. **Agronegócio uma abordagem econômica.** São Paulo: Pearson Prentice hall, 2007. 369p.

MENDONÇA, Sonia R. de. **Estado e educação rural no Brasil**: alguns escritos. Niterói-RJ: Vício de leitura/FAPERJ, 2007. 116p.

MENNUCCI, Sud. **A crise da educação brasileira**. São Paulo: Piratininga, 2006. 260p.

MOLINA, Rodrigo S. Primeiras escolas agrícolas no Brasil: Limites e falências (1877 a 1936). **Revista HISTBR On-line**. n. 46, p. 309-324, jun, Campinas, 2012.

OLIVEIRA, Milton R. P. Civilizar e modernizar: o ensino agrícola no Brasil republicano (1889-1930). In: **Revista História da Educação**. nº 15, abr, pp. 129-142, Universidade Federal de Pelotas: Pelotas-RS, 2004.

REGINATO, Pedro. **História de Palotina (1954 – 1979).** Santa Maria-RS: Palloti, 1979. 237p.

SANTANA, Eliseu. **Escolas Rurais de Cascavel: ascensão e declínio**. Monografia de Especialização em História da Educação Brasileira. Cascavel: Unioeste, 2006. 75p.

WEREBE, Maria José. **Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil**. 4e. São Paulo: Difel, 1970. 269p.

_____. **Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil**. 30 anos depois. São Paulo: Ática, 1994. 304p.

ZANIN, Tatiane. **A história da escolarização de Guaraniaçu:** da colonização aos nossos dia**s.** Especialização em História do Brasil. Cascavel: UNIOESTE, 2010.152p.

Recebido em 13 de abril de 2015.

Aceito para publicação em 29 de setembro de 2015.